



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

APAE SALVADOR

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021



CONTEÚDO:

- ✓ RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- ✓ BALANÇO PATRIMONIAL
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
- ✓ NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Senhores Administradores e Conselheiros da

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador
Salvador – Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador (entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador em 31 de dezembro 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação do certificado de filantropia - CEBAS

Consoante mencionado na nota explicativa nº 20, a entidade, com certificação válida até 14/05/2018, publicada do DOU de 21/10/2021, protocolou tempestivamente o requerimento de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social em 11/05/2018 e encontra-se em análise técnica. Possui requerimento sob nº 235874.0095905/2021 sobrestado no qual aguarda análise e decisão final do processo nº 71000.024246/2018-52. Consequentemente, nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, utilizadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, sobre as quais emitiram relatório, datado de 30 de abril de 2021, sem modificação, contendo parágrafo de ênfase relacionado com a renovação do certificado de filantropia.

Responsabilidades da administração e dos conselheiros pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de maio de 2022.

Vorcon Auditoria, Consultoria e Treinamento Ltda.

CRC – BA – 007773/O – 2

CNAI PJ - 000191

LUIZ CARLOS LOPES Assinado de forma digital por LUIZ CARLOS LOPES
VIANA:02625125560 VIANA:02625125560
25560 Dados: 2022.05.18 10:25:25 -03'00'

Luiz Carlos Lopes Viana

Contador CRC BA041280/O

CNAI Geral e CVM - 4771

QUADRO I

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR - APAE SALVADOR

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	03	3.608.146	4.545.040	Fornecedores	09	2.137.204	2.704.157
Caixa e equivalentes de caixa - vinculadas	04	840.397	948.353	Empréstimos e financiamentos	10	2.358.310	1.236.528
Contas a receber de clientes	05	7.288.326	3.829.564	Férias e encargos a pagar	11	2.361.959	1.619.338
Estoques	06	699.589	1.012.660	Impostos, taxas e contribuições a recolher		412.218	379.993
Adiantamentos		276.143	248.729	Adiantamentos		860.479	409.553
Despesas antecipadas		2.534	5.320	Parcerias e convênios governamentais	12	1.620.336	980.523
Parcerias e convênios governamentais		548.936	-	Outras contas a pagar		6.833	498.810
Outras contas a receber		7.629	7.500				
Total do circulante		13.271.700	10.597.166	Total do circulante		9.757.338	7.828.902
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	10	2.756.144	1.185.006
Parcerias e convênios governamentais		579.296	-	Parcerias e convênios governamentais	12	579.296	-
Depósitos e penhoras judiciais		403.462	23.088	Receitas diferidas	08	996.880	663.099
Créditos a receber	07	319.003	319.003	Provisão para contingências	13	454.268	452.214
				Total do não circulante		4.786.588	2.300.319
Investimentos		40.878	34.560				
Imobilizado	08	10.256.901	9.338.289	<u>Patrimônio líquido</u>			
Intangível		43.757	47.070	Patrimônio social		9.760.434	8.142.698
Total do não circulante		11.643.297	9.762.010	Subvenções para investimentos	14	1.010.382	870.897
				Superávit líquido do exercício		(399.745)	1.216.360
				Total do patrimônio líquido		10.371.071	10.229.955
TOTAL DO ATIVO		24.914.997	20.359.176	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.914.997	20.359.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR - APAE SALVADOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais, centavos omitidos)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receitas operacionais</u>			
Receita líquida	16	40.696.090	38.797.560
Custos dos serviços prestados	17	(33.351.722)	(30.205.156)
Supéravit bruto		<u>7.344.368</u>	<u>8.592.404</u>
<u>Receitas (Despesas) operacionais</u>			
Pessoal e encargos	18	(5.341.926)	(4.520.520)
Serviços de terceiros		(142.854)	(92.220)
Suprimentos		(74.026)	(59.449)
Utilidades e serviços		(279.338)	(222.102)
Ocupação		(498.726)	(867.986)
Despesas gerais		(658.127)	(665.935)
Provisões e perdas		(158.627)	(508.319)
Outas receitas e despesas		29.206	109.110
		<u>(7.124.419)</u>	<u>(6.827.421)</u>
Resultado antes dos efeitos financeiros		<u>219.950</u>	<u>1.764.983</u>
Resultado financeiro	19	(480.210)	(425.586)
Superávit do exercício		<u>(260.260)</u>	<u>1.339.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR - APAE SALVADOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, excluídos os centavos)

	2020	2019
Superávit do exercício	<u>(260.260)</u>	<u>1.339.397</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(260.260)</u></u>	<u><u>1.339.397</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR - APAE SALVADOR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais, centavos omitidos)

		Patrimônio social	Subvenções para investimentos	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Nota	8.458.166	747.860	174.561	9.380.587
Transferência para o patrimônio social		174.561	-	(174.561)	-
Ajustes de exercícios anteriores	15	(490.029)			(490.029)
Superávit do exercício		-	-	1.339.397	1.339.397
Constituição de reserva		-	123.037	(123.037)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.142.698	870.897	1.216.360	10.229.955
Transferência para o patrimônio social		1.216.360	-	(1.216.360)	-
Ajustes de exercícios anteriores	15	401.377			401.377
Superávit do exercício		-	-	(260.260)	(260.260)
Constituição de reserva	14	-	139.485	(139.485)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.760.434	1.010.382	(399.745)	10.371.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALVADOR - APAE SALVADOR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		(260.260)	1.339.397
Ajustado por:			
Ajuste de Exercício anterior	15	401.377	(490.029)
Depreciação e amortização		677.848	489.737
Baixa do imobilizado		6.565	17.024
Provisão para crédito com liquidação duvidosa		69.179	37.104
Provisão para contingências		2.054	367.306
Atualização monetária		-	26.338
		<u>896.763</u>	<u>1.786.877</u>
Variações nos ativos - (Aumento) Redução			
Caixa e equivalentes de caixa - vinculados		107.956	14.173
Contas a receber de clientes		(3.527.940)	1.581.031
Adiantamentos		(27.414)	(53.072)
Estoques		313.071	161.947
Parceirias e convênios governamentais		(1.128.233)	242.576
Depósitos e penhoras judiciais		(380.374)	(616)
Despesas antecipadas		2.786	7.710
Outras contas a receber		(129)	10.146
		<u>(4.640.278)</u>	<u>1.963.895</u>
Variações nos passivos - Aumento (Redução)			
Fornecedores		(566.953)	(270.591)
Férias e encargos a pagar		742.621	40.717
Impostos, taxas e contribuições a receber		32.225	(60.457)
Adiantamentos		450.926	307.970
Outras contas a pagar	15	(491.977)	184.464
		<u>166.841</u>	<u>202.103</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(3.576.675)</u>	<u>3.952.875</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(1.603.025)	(4.170.134)
Aumento de Investimento		(6.318)	-
Redução do Intangível		3.313	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(1.606.029)</u>	<u>(4.170.134)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos - Captação		4.538.115	-
Empréstimos e financiamentos - Pagamentos		(1.845.194)	(1.027.770)
Parceirias e convênios governamentais - Captação e rendimentos		3.156.226	1.875.916
Parceirias e convênios governamentais - Aplicação recursos		(645.434)	(465.432)
Parceirias e convênios governamentais - Devolução e correções		(313.158)	(700.824)
Parceirias e convênios governamentais - Apropriação investimentos		(139.485)	(123.037)
Parceirias e convênios governamentais - Apropriação doações		(505.261)	(788.165)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos		<u>4.245.810</u>	<u>(1.229.312)</u>
(Redução) Aumento líquida do caixa e equivalentes de caixa		<u>(936.894)</u>	<u>(1.446.571)</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.545.040	5.991.611
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>3.608.146</u>	<u>4.545.040</u>
		<u>(936.894)</u>	<u>(1.446.571)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE SALVADOR – APAE SALVADOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

1. Informações gerais

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Salvador ou (“Entidade”) é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, e tem por finalidade prestar assistência integral às pessoas com deficiência intelectual.

Para manter a sua atividade fim, a Entidade, valendo-se da sua experiência e capacitação, oferece diversos serviços à comunidade que propiciam a sua sustentabilidade econômica.

Na sua estrutura a Entidade mantém a **Unidade de Serviços Socioassistenciais, Centro de Atendimento Educacional Especializado, Centro Médico Ambulatorial, Laboratório de Análises Clínicas, Serviço de Referência em Triagem Neonatal e Pré-Natal, Serviço de Referência em Doenças Raras, Núcleo de Projetos e Pesquisas Científicas, Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual – CER II**, também os Programas Especiais: **Pais Apoio e Voluntariado**.

Áreas de atuação

As principais áreas de atuação são:

- Assistência Social;
- Educação;
- Saúde.

As principais atividades desenvolvidas são:

- Mediação Socioassistencial;
- Orientação Social;
- Inserção e Acompanhamento Profissional das PCDIM's;
- Geração de Trabalho e Renda;
- Atendimento Educacional Especializado;
- Programa de Apoio à Inclusão Escolar;
- Ações Integradas Saúde/Educação
- Estimulação Precoce;
- Diversas Especialidades Médicas;
- Teste do Pezinho;
- Programa para Gestantes;
- Ambulatório de Doenças Raras;
- Cozinha Experimental Fenilcetonúria;
- Análises Clínicas;
- Reabilitação Física e Intelectual;
- Ostomia;
- Dispensação de Órteses e Próteses.

Finalidades principais

- Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, prioritariamente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- Atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e pela Federação das APAE's do Estado da Bahia, coordenando e fiscalizando sua execução;
- Exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do movimento apaeano.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 R1), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009 e pela Norma Brasileira de Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (ITG 2002 R1).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 30 de abril de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, amortização do intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências e outras similares. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria (i) valor justo por meio do resultado e (ii) custo amortizado, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativo circulante e compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. A classificação ocorre com base tanto no modelo de negócio estabelecido pela entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido pela obtenção de fluxos de caixa contratuais. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Custo amortizado

São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério “somente P&J”). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos, e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (impairment). Em sendo este o caso, o montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização.

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviço no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou meno (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

2.7. Outras contas a receber

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	<u>Taxa Anual (%)</u>
Imóveis	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20
Veículos	20
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 75

Se houver uma indicação de mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. A Administração não identificou qualquer indicação de necessidade de revisão nas taxas de depreciação.

Ganhos e perdas com alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor residual contábil e, quando ocorrem, são registrados no resultado do exercício.

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) deve ser estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em conta de resultado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente a valor justo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em despesas financeiras, no resultado do período apropriado.

2.12. Parcerias e convênios governamentais e não governamentais

Os valores recebidos pela Entidade decorrentes de parcerias e convênios firmados com terceiros são reconhecidos no passivo contra contas de ativo (caixa e equivalente de caixa ou direito a receber) e são transferidas para o resultado à medida que os gastos são incorridos.

O passivo deixa de existir no encerramento das parcerias e convênios e, caso haja sobras de recurso, o montante é destinado conforme definido pelo órgão financiador do convênio. Caso seja doado à Entidade esse recurso é transferido para contas próprias da Entidade.

2.13. Provisões para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.14. Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	697	300
Geral	697	300
Bancos conta movimento	27.297	36.428
Banco do Brasil S/A	4.980	28.446
Caixa Econômica Federal	20.690	5.251
Banco Bradesco S/A	1.397	251
Banco Sicredi	231	2.480
Aplicações Financeiras	3.580.152	4.508.312
Banco Bradesco S/A (CDB)	1.987.239	2.996.217
Banco do Brasil S/A (F. de investimentos)	538.752	1.404.588
Caixa Econômica Federal (F. de investimentos)	1.054.161	107.507
	<u>3.608.146</u>	<u>4.545.040</u>

4. Caixa e equivalentes de caixa vinculadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos conta movimento	-	55
Banco do Brasil S/A	-	55
Banco Bradesco S/A	-	-
Aplicações financeiras	840.397	948.298
Banco do Brasil S/A (Poupança)	840.397	948.298
	<u>840.397</u>	<u>948.353</u>

Os recursos depositados nas contas bancárias – vinculadas correspondem a verbas recebidas para realização do objeto previsto nos convênios firmados, não podendo ser destinadas para outros fins.

As aplicações financeiras – vinculadas correspondem a verbas recebidas para realização do objeto previsto nos convênios firmados, não podendo ser destinadas para outros fins.

5. Contas a receber de clientes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
SUS – Sistema Único de Saúde	5.188.706	2.066.426
SESAB – Pré-natal – Projeto Cegonha	752.093	647.031
Planserv/Funserv	415.701	387.027
Sul América Saúde	141.940	103.723
Clínica do Trabalho Itaipara	113.138	113.138
Hospital do Exército	81.263	60.999
Central Nacional Unimed	79.920	40.773
Nefron	63.816	34.422
Clínica Senhor do Bonfim	82.104	57.260
Bradesco Saúde	46.432	35.317
Marinha do Brasil	41.407	37.760
Nefrovita	37.594	18.665
Nossa Senhora Da Graças	34.744	15.370
Petrobras	22.957	32.749
Climeba	22.642	-
Unimed Norte Nordeste	21.013	21.013
Outros	219.272	148.666
Subtotal	<u>7.364.742</u>	<u>3.820.339</u>
Glosas reapresentadas	1.023.736	984.549
Cartões de créditos	170.538	226.189
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.270.691)	(1.201.512)
	<u>7.288.326</u>	<u>3.829.564</u>

Sistema Único de Saúde – SUS

Referem-se, substancialmente, aos valores a receber decorrentes de serviço prestados no mês de outubro, novembro e dezembro de 2021.

Glosas reapresentadas

Referem-se aos valores de contas médicas glosadas pelos convênios, que foram tempestivamente reapresentadas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração, com base na média histórica de perdas, constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, através do seguinte critério:

- **Faturas emitidas no atual exercício social** – Não há provisão;
- **Faturas emitidas entre um e dois anos** - Provisão para 50% das faturas;
- **Faturas emitidas há mais de dois anos** - Provisão para 100% das faturas;

A seguir apresentamos a composição das contas a receber por idade de vencimento:

Em 2021:

<u>Aging list</u>	<u>Saldo</u>	<u>%</u>
A vencer	5.330.468	72,38
Vencidos de 1 a 30 dias	1.563.878	21,22
Vencidos de 31 a 90 dias	65.826	0,89
Vencidos de 91 a 180 dias	20.714	0,28
Vencidos de 181 a 360 dias	36.815	0,50
Vencidos acima 360 dias	347.040	4,71
Total Geral	7.364.742	100,00

Em 2020:

<u>Aging list</u>	<u>Saldo</u>	<u>%</u>
A vencer	3.170.525	82,99
Vencidos de 1 a 30 dias	289.882	7,59
Vencidos de 31 a 90 dias	10.659	0,28
Vencidos de 91 a 180 dias	20.409	0,53
Vencidos de 181 a 360 dias	79.798	2,09
Vencidos acima 360 dias	249.066	6,52
Total Geral	3.820.339	100,00

6. Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Material médico e de laboratório	545.696	826.571
Material em poder de terceiros	30.289	90.200
Material de expediente	22.623	28.514
Material manutenção	12.049	14.696
Material OPME	74.770	14.855
Material de limpeza	4.114	12.450
Alimentos	5.701	12.184
Outros	4.347	13.190
Total Geral	699.589	1.012.660

7. Créditos a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ação judicial	319.003	319.003
	319.003	319.003

Refere-se a ação judicial nº 2009.33.00.001667-9 (0001665-65.2009.4.01.3300), decorrente de indenização por dano material contra a Bradesco Seguros S/A, Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária (Infraero) e ARROW AIR INC.

8. Imobilizado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Terrenos	1.005.000	1.005.000
Edificações	3.466.611	3.466.611
Instalações	621.388	621.388
Equipamentos de informática	1.285.253	1.258.763
Máquinas e equipamentos	3.577.147	3.068.283
Móveis e utensílios	1.176.190	959.994
Veículos	179.609	179.609
Benfeitorias e imóveis de terceiros	5.110.910	788.058
Imobilizado em andamento	173.568	3.671.672
Adiantamento para imobilizações	14.545	15.486
Aparelhos e linhas telefônicas	11.559	11.559
	<u>16.621.780</u>	<u>15.046.423</u>
Depreciação acumulada	<u>(6.364.880)</u>	<u>(5.708.134)</u>
	<u>10.256.901</u>	<u>9.338.289</u>
Imobilizado – não vinculado	<u>9.219.896</u>	<u>8.675.190</u>
Imobilizado – vinculado	<u>1.037.005</u>	<u>663.099</u>
	<u>10.256.901</u>	<u>9.338.289</u>

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

Exercício de 2021:

Custo	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	1.005.000	-	-	-	1.005.000
Edificações	3.466.611	-	-	-	3.466.611
Instalações	621.388	-	-	-	621.388
Equipamentos de informática	1.258.763	51.144	(24.654)	-	1.285.253
Máquinas e equipamentos	3.068.284	507.923	-	940	3.577.147
Móveis e utensílios	959.994	216.732	(535)	-	1.176.190
Veículos	179.609	-	-	-	179.609
Benfeitorias imóveis de terceiros	788.058	-	-	4.322.852	5.110.910
Imobilizado em andamento	3.671.672	827.226	(2.477)	(4.322.852)	173.568
Imobilizado a incorporar	15.486	-	-	(940)	14.546
Aparelhos e linhas telefônicas	11.559	-	-	-	11.559
	<u>15.046.423</u>	<u>1.603.025</u>	<u>(27.666)</u>	<u>-</u>	<u>16.621.781</u>
Depreciação					
Edificações	(1.428.518)	(129.667)	-	-	(1.558.185)
Instalações	(397.321)	(33.739)	-	-	(431.060)
Equipamentos de informática	(879.870)	(122.916)	20.567	-	(982.219)
Máquinas e equipamentos	(1.445.142)	(254.023)	-	-	(1.699.165)
Móveis e utensílios	(589.299)	(69.153)	535	-	(657.917)
Veículos	(168.511)	(8.733)	-	-	(177.244)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(787.915)	(59.616)	-	-	(847.531)
Aparelhos e linhas telefônicas	(11.559)	-	-	-	(11.559)
	<u>(5.708.134)</u>	<u>(677.847)</u>	<u>21.102</u>	<u>-</u>	<u>(6.364.880)</u>
Total do imobilizado	<u>9.338.289</u>	<u>925.178</u>	<u>(6.564)</u>	<u>-</u>	<u>10.256.901</u>

Exercício de 2020:

Custo	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	1.005.000	-	-	-	1.005.000
Edificações	1.730.212	-	-	1.736.399	3.466.611
Instalações	621.388	-	-	-	621.388
Equipamentos de informática	1.075.847	202.463	(19.547)	-	1.258.763
Máquinas e equipamentos	2.446.031	642.613	(39.236)	18.875	3.068.283
Móveis e utensílios	931.346	28.362	(3.585)	3.871	959.994
Veículos	315.455	-	(135.846)	-	179.609
Benfeitorias imóveis de terceiros	788.058	-	-	-	788.058
Imobilizado em andamento	2.111.375	3.296.696	-	(1.736.399)	3.671.672
Imobilizado a incorporar	38.232	-	-	(22.746)	15.486
Aparelhos e linhas telefônicas	11.559	-	-	-	11.559
	11.074.503	4.170.134	(198.214)	-	15.046.423
(-) Depreciação Acumulada	(5.406.351)	(482.973)	181.190	-	(5.708.134)
Total do imobilizado	5.668.152	3.687.161	(17.024)	-	9.338.289

Os bens do imobilizado quando adquiridos com recursos dos convênios/parcerias governamentais, são transferidos do passivo circulante tendo como contrapartida à rubrica contábil receita diferida no grupo do passivo não circulante.

Vide movimentação da rubrica:

	2021	2020
Saldo anterior	663.099	550.083
Aquisição de bem	498.830	236.053
Apropriação da receita	(139.470)	(123.037)
	1.022.460	663.099

9. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de transações comerciais de compras de materiais, medicamentos, serviços médicos e prestação de serviços.

	2021	2020
Viplab Com Rep De Prod Lab e Hospitalares Ltda Me	779.840	808.795
Mbiolog Diagnósticos Ltda	228.648	260.778
Intercientifica Importação e Comércio Ltda	155.433	244.158
Greiner Bio-One Brasil Prod.Médica Ltda	68.111	36.882
Instituto Hermes Pardini Ltda	63.921	68.126
Coelba	56.819	25.399
Medtest Diag. Com. Dist. Imp.Exp. de Mat. Medicos	49.983	74.697
Biotrade-Produtos para Laboratórios Ltda	42.849	53.481
Bio-Rad Laboratórios Brasil Ltda	38.000	56.600
Perkinelmer do Brasil Ltda	34.639	59.923
Clínica Brotas S/S Ltda	30.892	28.897
Equipenox Equip E Utensílios Domésticos Ltda	26.517	-
Procifar Comércio e Representações Ltda	25.880	2.530
Empresa Brasileira de Correios E Telegrafos	25.618	24.559
Evolution Fisio Serviços de Fisioterapia	21.351	11.301
Diversos – Fornecedor	488.704	948.032
	2.137.204	2.704.157

10. Empréstimos e financiamentos

	Taxa mensal de juros	Parcelas em aberto em 31/12/2021	2021	2020
Capital de giro				
Bradesco - pré-fixado	1,11% a.m.	11	1.221.573	2.421.534
CEF – Pré-fixado	0,77% a.m.	39	3.892.881	-
Total			5.114.454	2.421.534
Circulante				
Bradesco - pré-fixado			1.221.573	1.236.528
CEF – Pré-fixado			1.136.738	-
Total			2.358.311	1.236.528
Não circulante				
Bradesco - pré-fixado			-	1.185.006
CEF – Pré-fixado			2.756.144	-
Total			2.756.144	1.185.006
Total Geral			5.114.454	2.421.533

Captação de recursos para investimento do Complexo de Saúde inaugurado em 2021, onde se encontra as atividades de saúde (Centro Médico Ambulatorial, Laboratório de Análises Clínicas, Serviço de Referência em Triagem Neonatal e Pré-Natal, Serviço de Referência em Doenças Raras, Núcleo de Projetos e Pesquisas Científicas).

11. Férias e encargos a pagar

	2021	2020
Férias – Saúde	889.944	890.206
Férias Administrativo Geral	488.484	529.963
Férias – Assistência Social	119.747	132.261
Férias – Educação	113.104	66.908
Outros	750.681	-
	2.361.959	1.619.338

12. Parcerias e convênios governamentais

	2021	2020
PRONAS (a)	278.449	633.182
CMDCA -Projeto Ser Especial (b)	137.360	133.631
Ministério da Saúde 847075/2017 (c)	59.398	111.865
Termo de Colaboração n° 013/2017 (d)	1.270.831	89.276
Convênio PDDE (e)	24.251	8.233
Nota Premiada (f)	94.512	2.328
Ministério Público do Trabalho - MPT (*)	207.530	210
Ministério da Saúde – 904774/2020 (g)	44.402	-
Ministério da Saúde - 883548/2019 (h)	860	-
Ministério da Saúde - 878879/2018 (i)	1.820	-
Ministério da Saúde - 878512/2018 (j)	78.422	-
Outros	1.798	1.798
Total	2.199.633	980.523

A movimentação das contas de parcerias e convênios, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2020	Custeio	Devolução/ Cancelamento	Investimento	Total	Valores a receber	Novas liberações	Rendimentos dos recursos aplicados	Saldo em 31/12/2021
				Receita diferida					
PRONAS (a)	633.182	(51.421)	(313.109)	-	268.653	-	-	9.796	278.449
CMDCA -Projeto Ser Especial (b)	133.631	-	-	-	133.631	-	-	3.729	137.360
Ministério da Saúde 847075/2017 (c)	111.865	-	-	(54.170)	57.695	-	-	1.703	59.398
Termo de Colaboração n° 013/2017 (d)	89.276	(469.432)	-	-	(380.156)	1.128.233	518.576	4.178	1.270.831
Convênio PDDE (e)	8.233	(6.326)	-	-	1.907	-	22.000	344	24.251
Nota Premiada (f)	2.328	(126.324)	-	(9.105)	(133.101)	-	225.915	1.698	94.512
Ministério Público do Trabalho - MPT (*)	210	(505.261)	-	-	(505.051)	-	700.000	12.581	207.530
Ministério da Saúde - 904774-2020 (g)	-	(876)	-	(67.776)	(68.652)	-	111.653	1.401	44.402
Ministério da Saúde - 883548/2019 (h)	-	-	-	(83.317)	(83.317)	-	83.317	860	860
Ministério da Saúde - 878879/2018 (i)	-	-	-	(258.897)	(258.897)	-	258.897	1.820	1.820
Ministério da Saúde - 878512/2018 (j)	-	-	-	-	-	-	77.535	887	78.422
Outros	1.798	-	-	-	1.798	-	-	-	1.798
Total	980.523	(1.159.639)	(313.109)	(473.265)	(965.490)	1.128.233	1.997.893	38.996	2.199.633

(*). Os recursos oriundos Tribunal Regional do Trabalho – TRT BA e Ministério Público do Trabalho – MPT decorrentes de multa de processos trabalhistas, foram utilizados para manutenção da Unidade dos Serviços Socioassistenciais da APAE Salvador. Ao longo da sua efetiva utilização no exercício de 2021, esses valores foram apropriados no grupo de receita de doações.

A movimentação das contas de parcerias e convênios, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2019	Custeio	Devolução/ Cancelamento	Investimento	Total	Valores a receber	Novas liberações	Rendimentos dos Recursos aplicados	Saldo em 31/12/2020
				Receita diferida					
PRONAS (a)	618.310	-	-	-	618.310	-	-	14.872	633.182
CMDCA -Projeto Ser Especial (b)	95.405	(8.665)	-	(11.608)	75.132	-	56.208	2.291	133.631
Ministério da Saúde 847075/2017 (c)	-	-	-	(18.469)	(18.469)	-	130.024	310	111.865
Termo de Colaboração n° 013/2017 (d)	312.465	(224.206)	-	-	88.259	-	-	1.017	89.276
Convênio PDDE (e)	8.292	(3.464)	-	(8.810)	(3.982)	-	12.100	115	8.233
Nota Premiada (f)	4.882	(218.352)	-	(36.275)	(249.745)	-	251.718	355	2.328
Ministério Público do Trabalho - MPT (*)	81.819	(788.165)	(700.000)	-	(1.406.346)	-	1.400.000	6.556	210
Ministério da Saúde - 877944/2018	152.279	(13.617)	-	(138.963)	(301)	-	-	301	-
Outros	21.629	(19.880)	-	-	1.749	-	-	49	1.798
Total	1.295.081	(1.276.349)	(700.000)	(214.125)	(895.393)	-	1.850.050	25.866	980.523

(*). Os recursos oriundos Tribunal Regional do Trabalho – TRT BA e Ministério Público do Trabalho – MPT decorrentes de multa de processos trabalhistas, foram utilizados para manutenção da Unidade dos Serviços Socioassistenciais da APAE Salvador. Ao longo da sua efetiva utilização no exercício de 2020, esses valores foram apropriados no grupo de receita de doações.

As principais fontes de recursos dos convênios governamentais foram:

(a) Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) /Ministério da Saúde (MS)

- **Objeto:** Capacitação da equipe multiprofissional da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;
- **Valor:** R\$ 286.311 (valor aprovado em alteração de Plano de Trabalho através do Parecer Técnico nº 229/2021-CGATES/DEGES/SGTES/MS)
- **Divulgação em Diário Oficial da aprovação do projeto:** 01 de dezembro de 2017;
- **Vigência:** 06 de maio de 2021 a 06 de janeiro de 2023.

(b) Prefeitura Municipal de Salvador – Convênio aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

- **Objeto:** Execução de oficinas de inclusão para o desenvolvimento cognitivo, cultural e social, que atenderá 80 crianças e adolescentes na faixa etária entre 2 e 16 anos e 11 meses, em situação de vulnerabilidade e que estejam matriculados nas escolas municipais, no turno oposto.
- **Classificação:** Custeio e Investimento;
- **Valor:** R\$ 151.613 (Dividido em duas parcelas, a 1ª de R\$ 95.404, a 2ª no valor de R\$ 56.208);
- **Data de assinatura:** 18 de dezembro de 2019;
- **Divulgação em diário oficial:** 18 de dezembro de 2019;
- **Vigência:** 18 de dezembro de 2019 a 17 junho de 2022, conforme aditivo de 02 de setembro de 2021.

(c) Ministério da Saúde – Convênio nº 847075/2017

- **Objeto:** Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde;
- **Classificação:** Investimento;
- **Valor de empenho:** R\$321.200;
- **Data de assinatura:** 12 de fevereiro de 2021 (Aditivo);
- **Divulgação em Diário Oficial:** 17 de fevereiro de 2021;
- **Vigência:** 30 de junho de 2022;
- **Prestação de Contas:** 60 dias após o término da vigência do contrato ou da conclusão da execução do objeto.

(d) Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate a Pobreza – SEMPS – Termo de Colaboração nº 13/2017.

- **Objeto:** Cofinanciamento do Governo Federal, Governo Estadual e do Município do Salvador de recursos para a Execução dos Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência visando colaborar nas despesas de manutenção e custeio, material de consumo e serviços de terceiros - pessoa jurídica;
- **Classificação:** Custeio;
- **Valor:** R\$ 1.646.809;
- **Liberação dos recursos em 2021:** R\$ 518.576;
- **Liberação dos recursos para os próximos exercícios:** 2022 – 04 parcelas de R\$ 137.234 / 2023 – 04 parcelas de R\$ 144.828.
- **Data de assinatura:** 30 de dezembro de 2020;
- **Divulgação em diário oficial:** 07 de janeiro de 2021;
- **Vigência:** 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 (três anos).
- **Prestação de Contas:** Realizada periodicamente para liberação dos recursos.

(e) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Ministério da Educação (MEC)

- **Objeto:** Recursos financeiros, em caráter suplementar, para uso em despesas de manutenção das instalações, aquisição de material didático e pedagógico e também para realização de pequenos investimentos;
- **Classificação:** Custeio e Investimento;
- **Valor:** R\$ 22.000 (valor repassado pelo programa no exercício de 2021);
- **Vigência:** Programa contínuo do Ministério da Educação;
- **Prestação de Contas:** Realizada periodicamente para liberação dos recursos.

(f) Nota Premiada – Secretaria da Fazenda da Bahia – SEFAZ-BA.

- **Objeto:** Repasse de recursos financeiros as instituições sociais através de programa de incentivo fiscal;
- **Classificação:** Custeio e Investimento;
- **Valor:** R\$ 225.915 (valor repassado pelo programa no exercício de 2021);
- **Prestação de Contas:** Realizada periodicamente para liberação dos recursos.

(g) Ministério da Saúde – Convênio 904774/2020

- **Objeto:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde;
- **Classificação:** Investimento;
- **Valor de empenho:** R\$ 149.604;
- **Data de assinatura:** 11 de dezembro de 2020;
- **Divulgação em diário oficial:** 16 de dezembro 2020;
- **Vigência:** 11 de dezembro de 2020 a 25 de agosto de 2022, (prorrogação realizada em 26 de outubro de 2021);
- **Prestação de Contas:** 24 de outubro de 2022.

(h) Ministério da Saúde – Convênio 883548/2019

- **Objeto:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde;
- **Classificação:** Investimento;
- **Valor de empenho:** R\$ 100.000;
- **Data de assinatura:** 19 de setembro de 2019;
- **Divulgação em diário oficial:** 26 de setembro de 2019;
- **Vigência:** 19 de setembro de 2019 a 28 de julho de 2022;
- **Prestação de Contas:** 26 de setembro de 2022.

(i) Ministério da Saúde – 878879/2018

- **Objeto:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde;
- **Classificação:** Investimento;
- **Valor de empenho:** R\$ 325.500;
- **Data de assinatura:** 23 de outubro 2018;
- **Divulgação em diário oficial:** 07 de novembro de 2018;
- **Vigência:** 23 outubro de 2018 a 26 julho de 2022;
- **Prestação de Contas:** 24 de setembro de 2022.

(j) Ministério da Saúde – 878512/2018

- **Objeto:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde;
- **Classificação:** Investimento;
- **Valor de empenho:** R\$ 100.000
- **Data de assinatura:** 23 de outubro de 2018;
- **Divulgação em diário oficial:** 07 de novembro de 2022;
- **Vigência:** 23 de outubro de 2018 a 19 de outubro de 2022;
- **Prestação de Contas:** 18 de dezembro de 2022.

13. Provisão para contingências

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ações trabalhistas – Saúde	400.000	364.482
Ações trabalhistas – Assistência Social	29.440	40.732
Ações trabalhistas – Administração Geral	24.828	32.000
Ação ordinária – Administração Geral	-	10.000
Ações trabalhistas – Educação	-	5.000
Total	<u>454.268</u>	<u>452.214</u>

A Administração, com base na opinião da assessoria jurídica, mantém provisionado o montante de R\$ 454.268 (em 2020, R\$ 452.214), para fazer face às prováveis perdas com processos trabalhistas.

Existem processos na área trabalhista no montante de R\$ 173.122, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Os registros contábeis e as operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

14. Subvenções para investimentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imobilizações – Verbas	919.858	780.373
Imobilizações – Doações	90.524	90.524
Total	<u>1.010.382</u>	<u>870.897</u>

Correspondem à realização dos bens que foram adquiridos com recursos de convênios/parcerias governamentais.

15. Ajustes de exercícios anteriores

Correspondem a restituição parcial de recurso financeiro (convênio n 9876/1997, SIAF 335460), do pagamento realizado ao FNDE referente ao questionamento de uma prestação de contas relacionado aos recursos recebidos do projeto de ampliação da sede do Centro Educacional Especializado, firmado em 1996 com a Entidade.

A título de comparabilidade, no demonstrativo de fluxo de caixa, o valor de R\$ 490.029, relacionado ao pagamento realizado ao FNDE (convênio n 9876/1997, SIAF 335460) em 2020, foi transferido da atividade operacional da linha “Outras contas a pagar” para o ajuste de resultado na linha de “Ajuste de exercício anteriores”.

16. Receita líquida

As receitas e captações de recursos realizadas pela APAE Salvador, visam à sustentabilidade econômica para concretização das suas atividades sociais.

Todos os serviços e atendimentos Socioassistenciais e Educacionais são, na sua integridade, gratuitos, sem nenhuma contraprestação por parte dos seus usuários.

	Saúde (a)		Assistência Social (b)		Educação Especial (c)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Doações	2.388	50.224	2.794.227	2.973.296	10.293	95.527	2.806.907	3.119.047
Particulares	-	5.000	315.560	240.976	3.256	24.695	318.816	270.671
Doações Central de Captação	-	-	30.008	47.496	-	70.232	30.008	117.728
Diversos	2.388	45.224	199.535	43.800	7.037	600	208.960	89.624
Doação - Captação Coelba	-	-	1.718.051	1.731.444	-	-	1.718.051	1.731.444
Doações -TAC- Termo de Ajuste de Conduta	-	-	531.073	909.580	-	-	531.073	909.580
Prestação de Serviço de Saúde	37.085.052	35.040.452	-	-	-	-	37.085.052	35.040.452
Amigo da APAE – Particular	2.585.699	3.199.243	-	-	-	-	2.585.699	3.199.243
Outros Convênios Médicos	4.178.764	3.832.802	-	-	-	-	4.178.764	3.832.802
(-) Glosas Outros Convênios	(10.184)	(16.610)	-	-	-	-	(10.184)	(16.610)
Sus (Produção)	16.757.069	15.559.509	-	-	-	-	16.757.069	15.559.509
SESAB - Pré-Natal Projeto Cegonha	4.486.670	2.925.549	-	-	-	-	4.486.670	2.925.549
(-) Glosa SESAB - Projeto Cegonha	(59.006)	(10.322)	-	-	-	-	(59.006)	(10.322)
SUS - Contrato CER	4.284.892	5.173.545	-	-	-	-	4.284.892	5.173.545
Planserv/Funserv	4.370.408	3.889.486	-	-	-	-	4.370.408	3.889.486
(-) Glosa Planserv – Saúde	(7.020)	(12.710)	-	-	-	-	(7.020)	(12.710)
SUS - Doenças Raras	497.760	497.760	-	-	-	-	497.760	497.760
Outros Serviços	-	2.200	-	-	-	-	-	2.200
Subvenções, convênios e parcerias	164.381	100.066	224.602	84.621	404.879	387.025	793.862	571.711
Receita - Nota Premiada	-	-	2.107	1.762	138.410	226.962	140.517	228.724
Governo Municipal – SEDES	-	-	216.515	75.961	252.917	148.246	469.432	224.207
Convênio - M.S nº 33960/2011	4.997	5.011	-	-	-	-	4.997	5.011
Convênio - M.S nº 528/2009	8.546	8.569	-	-	-	-	8.546	8.569
Receita Convênio M.S nº 793400/2013	5.358	5.673	-	-	-	-	5.358	5.673
Receita Convênio M.S nº 758000/2011	8.016	8.038	-	-	-	-	8.016	8.038
Receita Convênio nº 797424/2013	8.449	15.273	-	-	-	-	8.449	15.273
Receita Convênio nº 792570/2013	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita - FNDE/PDDE	-	-	-	-	11.435	6.499	11.435	6.499
Receita - Convênio CMDCA/FNDCA	-	-	5.980	6.898	-	5.318	5.980	12.216
Receita – M.S. Convênio 877944/18	16.398	15.434	-	-	-	-	16.398	15.434
Receita - M.S Convênio nº 837008/16	42.955	41.887	-	-	-	-	42.955	41.887
Receita – M.S. Convênio nº 847075/2017	5.132	181	-	-	-	-	5.132	181
Receita - Projeto BAHIAGAS nº 3000000759	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita - CMDCA - Projeto: Ser Especial	-	-	-	-	2.117	-	2.117	-
Receita - M. S. Pronas	51.421	-	-	-	-	-	51.421	-
Receita M.S 883548/2019	1.929	-	-	-	-	-	1.929	-
Receita M.S Conv. nº 878879/2018	8.455	-	-	-	-	-	8.455	-
Receita M.S. - Conv. nº 904774/2020	2.571	-	-	-	-	-	2.571	-
Receita M. S. - Conv. nº 878512/2018	155	-	-	-	-	-	155	-
Cursos e especializações	-	-	-	41.559	-	-	-	41.559
Cursos, assessorias e especializações	-	-	8.102	41.559	-	-	8.102	41.559
Outras receitas e serviços	-	-	2.246	4.251	(80)	20.539	2.166	24.790
Total	37.251.822	35.190.742	3.029.177	3.103.727	415.092	503.091	40.696.090	38.797.560

As receitas apresentadas no quadro anterior compreendem as principais fontes de geração de caixa da Entidade, essas operações econômicas realizadas com terceiros compreendem a atividade meio para financiamento da atividade fim que é a assistência social à comunidade através da prestação de serviços nas áreas educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, bem como prestar assistência integral às pessoas com deficiência intelectual.

(a) As receitas de saúde estão compostas da seguinte forma:

- **Doações** – Doações de material médico laboratorial realizado por pessoas físicas e jurídicas para serem utilizados na atividade de saúde da Instituição.
- **Prestação de serviços de saúde** - Serviços realizados pela atividade de saúde da Instituição, que compreendem: Centro Médico Ambulatorial, Laboratório de Análises Clínicas, Serviço de Referência em Triagem Neonatal e Pré-Natal, Serviço de Referência em Doenças Raras. Atendendo os requisitos da lei complementar 187/2021, artigo 9º.
- **Subvenções, convênios e parcerias** – Apropriação de recursos obtidos através de convênios junto ao Ministério de Saúde.

(b) As receitas de Assistência social estão compostas da seguinte forma:

- **Doações** – Referem-se a doações em espécie e material de consumo realizado por pessoas físicas e jurídicas para manutenção da atividade social da Instituição.
Doações – TAC – Termo de Ajuste de Conduta – receita referente a utilização dos recursos oriundos do TAC – Termo de Ajuste de Conduta, recebidos pelo Tribunal Regional do Trabalho e do MPT- Ministério Público do Trabalho, utilizados na manutenção das atividades Socioassistenciais da Instituição.
- **Subvenções, convênios e parcerias** – Parcerias e incentivos fiscais realizadas com os entes públicos para a realização de projetos específicos, manutenção das atividades sociais da Instituição.
- **Cursos e especialização** - Palestras, cursos profissionalizantes realizados para público externo, para captação de recursos financeiros a fim de manter as atividades sociais da Instituição.

(c) As receitas de Educação compreendem:

- **Doações** - referem-se a principalmente a doações em espécie e material de consumo realizado por pessoas físicas e jurídicas para manutenção da atividade educacionais da Instituição.
- **Subvenções, convênios e parcerias** – Parcerias, incentivos fiscais e programas realizadas com os entes públicos para a realização de projetos específicos, manutenção das atividades educacionais da Instituição.

17. Custo dos serviços prestados

	2021			
	Saúde	Assistência Social	Educação Especializada	Total
Custos				
Pessoal	(9.836.213)	(1.536.534)	(1.318.221)	(12.690.968)
Suprimento (materiais e medicamentos)	(12.550.360)	(13.909)	(91.707)	(12.655.977)
Serviços de terceiros	(3.601.526)	(14.734)	(5.392)	(3.621.652)
Utilidades e serviços	(2.386.252)	(107.263)	(72.327)	(2.565.842)
Aluguel	(633.979)	-	-	(633.979)
Depreciação e amortização	(294.771)	(122.430)	(48.270)	(465.471)
Outros	(575.091)	(99.166)	(43.577)	(717.834)
Total	(29.878.193)	(1.894.036)	(1.579.493)	(33.351.722)

	2020			
	Saúde	Assistência Social	Educação Especializada	Total
Custos				
Pessoal	(9.172.459)	(1.472.666)	(1.297.526)	(11.942.651)
Suprimento (materiais e medicamentos)	(11.233.168)	(32.052)	(148.200)	(11.413.420)
Serviços de terceiros	(3.030.346)	(8.503)	(10.982)	(3.049.831)
Utilidades e serviços	(2.083.709)	(107.786)	(76.950)	(2.268.445)
Aluguel	(677.173)	-	-	(677.173)
Depreciação e amortização	(222.440)	(55.726)	(44.226)	(322.392)
Outros	(417.153)	(32.661)	(81.431)	(531.245)
Total	(26.836.447)	(1.709.394)	(1.659.315)	(30.205.156)

18. Despesas de pessoal

	2021	2020
Salários e ordenados	(3.583.376)	(3.005.468)
Férias	(432.911)	(440.792)
Encargos sociais	(378.566)	(333.519)
13º salário	(319.063)	(316.912)
Plano de saúde	(131.565)	(129.245)
Multas rescisórias	(44.829)	(71.401)
Rescisões	(36.269)	(62.721)
Vale transporte	(65.662)	(55.727)
Horas extras	(42.248)	(24.840)
Estágios e Bolsas	(29.746)	(24.735)
Outras	(277.690)	(55.160)
	(5.341.926)	(4.520.520)

19. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	116.527	84.125
Descontos obtidos	4.891	722
Outras receitas	1.711	3.234
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(518.541)	(419.025)
Variação cambial passiva	-	(37.764)
Outras despesas	(84.798)	(56.878)
	<u>(480.210)</u>	<u>(425.586)</u>

20. Certificado de filantropia, isenção e gratuidade, voluntariado

Certificado de filantropia

Desde maio de 2018 a Entidade vem usufruindo dos benefícios do Certificação de Entidade Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, através de requerimentos protocolados junto ao Ministério da Cidadania. A seguir apresentamos uma linha do tempo elencando os respectivos processos e suas validades:

<u>Nº do Processo</u>	<u>Data do protocolo</u>	<u>Validade</u>	<u>Status</u>
71000.043175/2015-44	12/05/2015	14/05/2018	Deferido
71000.024246/2018-52	11/05/2018	14/05/2021	Em análise
23587.40095905/2021	12/05/2021	14/05/2024	Aguardando decisão do processo anterior

Em 20 de outubro de 2021 foi deferido, conforme portaria nº 132 do Ministério da Cidadania, publicação em Diário Oficial da União, o processo nº 71000.043175/2015-44 protocolado em 12 de maio de 2015.

A APAE Salvador mantém dois processos em cadeia para análise junto ao Ministério da Cidadania:

- Em 11 de maio de 2018, a APAE Salvador protocolou tempestivamente o processo nº 71000.024246/2018-52, o qual se encontra em análise técnica;
- O segundo processo nº 23587.40095905/2021, tendo como vigência 05/2021 a 05/2024, foi enviado tempestivamente em 12 de maio de 2021, o qual aguarda análise do processo anterior.

Conforme parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12.101, de 2009, que determina que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado. Em 17 de dezembro de 2021, foi publicada a Lei Complementar nº 187, que revogou a Lei nº 12.101/2009, que estabelece nos § 1º e § 2º do artigo 37, que a solicitação da renovação deverá ocorrer no decorrer dos 360 dias que antecedem a data final da certificação, e que o CEBAS da entidade permanecerá válido até a data da decisão administrativa.

Isenção

O benefício da isenção da cota patronal da Previdência Social usufruída pela Entidade no exercício de 2021 foi de R\$ 4.052.817 (em 2020, R\$ 3.742.043).

Gratuidade

A Entidade presta serviços socioassistenciais, sem qualquer exigência de contraprestação dos usuários, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde, enquadrando-se nas determinações da lei 187/2021, artigo. 29, Inciso II.

Todos os atendimentos realizados para os seus usuários são na sua integridade gratuitos.

Da concessão dos recursos em gratuidade em assistência social e educação

Atendimento / Gratuidade	2021	2020
Serviços Socioassistenciais		
Orientação social - Acolhimento individual com Orientadores Sociais, Professores e Educadores / Quantidade de oficinas	7.898	1.794
Mediação Socioassistencial - Acolhimentos dos usuários e familiares - grupos de convivência - participação nos projetos e eventos - entrega de cestas básicas - Acolhimento e Suporte psicológico para usuários e familiares.	991	2.880
Programa de inclusão e acesso ao mundo do trabalho		
Subprograma de Inserção e Acompanhamento Profissional – Atendimentos e atividades.	1.067	516
Subprograma de Geração de Trabalho e Renda – Atendimentos e atividades.	1.096	277
Programa de defesa e garantia de direitos		
Subprograma de equidade de acesso a saúde e fórmulas		
Gratuidades – consultas, exames, procedimentos e fórmulas	1.009	1.480
Segurança alimentar pacientes em situação de vulnerabilidade	161.387	126.056
Subprograma de equidade de acesso a educação pública de qualidade para PCDIM e suas famílias - atendimentos e atividades	225.258	50.525
Total de atendimentos	<u>398.706</u>	<u>183.498</u>

Ao longo de 2021, diante da continuidade da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), os programas, projetos e ações socioassistenciais e educacionais, que dependiam do atendimento presencial, foram retomando as atividades gradativamente, sempre atendendo rigorosamente os decretos e orientações dos órgãos governamentais.

Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 9^a. da Lei nº 187 de 2021, a Entidade cumpriu - ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento).

Dados enviados via CIHA – Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial:

	2021	%	2020	%
Quantidade de Proced. Ambulatoriais SUS	2.282.954	73,77	1.921.175	71,48
Quantidade de Proced. Ambulatoriais NÃO SUS	811.875	26,23	766.537	28,52
Total	<u>3.094.829</u>	<u>100,00</u>	<u>2.687.712</u>	<u>100,00</u>

Gratuidades e procedimentos extra teto orçamentário de saúde

APAE Salvador, visando atender na completude os seus atendimentos e ações de assistência na área de saúde, mesmo não pactuado contratualmente com a Secretaria Municipal de Saúde, realizou em atendimento/procedimentos gratuitos e extra teto orçamentário contratual as seguintes quantidades:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Quantidade de Procedimentos em gratuidade	1.382	1.813
Quantidade extra teto orçamentário	17.314	11.671
Total	<u>18.696</u>	<u>13.484</u>

Voluntariado

A APAE Salvador, visando reconhecer pelo valor justo a prestação dos serviços não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade, calculou da remuneração tomado por base o tempo dedicado e a atividade desempenhada por cada profissional. Para os exercícios de 2021 e 2020 tomou por base o valor médio dos honorários praticados no mercado, multiplicado pelo número de horas chegou-se aos seguintes montantes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor remuneração Voluntariado	402.865	326.872
Total	<u>402.865</u>	<u>326.872</u>

21. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possuía cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com o seu ativo imobilizado.

Seguradora	Danos Patrimoniais	Responsabilidade Civil Geral	Total Geral
Allianz	16.990.000	200.000	17.190.000
Bradesco Seguros	850.000	1.600.000	2.450.000
MAPFRE SEGUROS	640.000	1.770.000	2.410.000
Tokio Marine Seguradora	625.320	560.000	1.185.320
Zurich	138.064	120.000	258.064
Total Geral	19.243.384	4.250.000	23.493.384

22. Outros assuntos

Pandemia - Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

A Administração avalia de forma constante os impactos da pandemia do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações, nas demonstrações contábeis e na liquidez, e essencialmente, nas suas atividades sociais.

Uma das ações visando a contenção dos custos pela Entidade foi a adoção nos meses de julho e agosto de 2021 da MP 1.045/2021, com redução de carga horária, 25%, 50% e 70% de colaboradores. Para tomada dessa decisão, foram avaliadas as funções que não impactavam as atividades essenciais da Entidade.

A Entidade continua monitorando os desdobramentos recorrentes da pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos de qualquer natureza, uma vez que não é possível mensurar com precisão os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus. Até a data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Entidade não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que a Entidade poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional, tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.
